

Resumo

Neste trabalho são investigados alguns aspectos da conjuntura atual do mercado de trabalho formal potiguar. É analisada a flutuação do emprego da força de trabalho com carteira assinada nos diversos setores e atividades produtivas do Estado. O estudo foi desenvolvido com base em informações oficiais constantes do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED – Lei 4923/65) divulgadas pelo Ministério do Trabalho e Emprego e referentes ao período de 2001 a 2002.

Palavras-Chave: *Capacidade produtiva; conjuntura econômica; emprego formal; demanda de mão-de-obra; desemprego; emprego; emprego formal; flutuação de emprego; mercado de trabalho; modelo econômico; ocupação; oferta de mão-de-obra; salário nominal; salário real; setores econômicos; taxa de emprego e teoria econômica.*

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo tem por objetivo analisar alguns aspectos atuais do mercado de trabalho formal do Rio Grande do Norte, com ênfase para a análise da ocupação da mão-de-obra com carteira assinada nos diversos setores e atividades produtivas do Estado.

Conforme consta do texto, o mercado de trabalho caracteriza-se por um conjunto de relações sociais de compra e venda do fator trabalho, em termos de tempo de trabalho ou de capacidade física do trabalho humano. Esse mercado, como todo e qualquer mercado, é constituído pelo conjunto de ações estruturais de oferta, demanda (ou procura) e preço do trabalho (salário). A oferta do fator trabalho é realizada pelo trabalhador; a mesma ocorre quando cada pessoa se propõe a vender a sua capacidade física e o seu tempo útil para desenvolver atividades produtivas de bens e serviços.

A demanda de trabalho, por sua vez, é realizada pelas unidades de produção de bens e serviços, ou seja, pelas empresas. Essa demanda ocorre no mercado

¹ Economista, Mestre em Economia e Professor de Economia da FARN, Seminário de São Pedro e UFRN (Aposentado)

formal de trabalho, quando é realizada por empresas e/ou atividades formais, cujo trabalho é contratado nos termos da legislação trabalhista e com carteira assinada; a demanda de trabalho ocorre também no mercado informal, quando não existem contratos formais de trabalho para o cumprimento de direitos e deveres do trabalhador e do empregador.

O salário, como relação de troca entre oferta e demanda, é o preço do mercado da hora útil de trabalho. Considerando que no mercado de trabalho ocorre o “encontro” do trabalhador (oferta) e do empregador (demanda), registra-se o estabelecimento de uma relação de trabalho, expressa no salário, que é a remuneração física do trabalho humano.

O estudo foi desenvolvido com base em informações oficiais constantes do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED – Lei 4923/65) divulgadas pelo Ministério do Trabalho e Emprego, no período de 2001 a 2002.

Confirma o presente estudo que é preocupante a situação do emprego formal no Rio Grande do Norte – assim como em todos os estados da região nordestina – tendo em vista que a taxa de desemprego cresce a cada ano. Conforme consta de pesquisa realizada pelo DIEESE e UFRN (DIEESE, 2001), o desemprego continua crescendo e anualmente uma menor parcela da PEA (População Economicamente Ativa) está inserida no mercado formal de trabalho. Afirma ainda a pesquisa que o potiguar está sendo obrigado a trabalhar cada vez mais cedo para garantir o sustento próprio ou da família. Cerca de 60% dessas pessoas estão na faixa etária de 25 a 39 anos; as mulheres lideram o *ranking* do desemprego, representando 65,2% do desemprego; e o desemprego da população masculina é de 34,8% do desemprego total do estado.

2 SÍNTESE TEÓRICA DO MERCADO DE TRABALHO E DO DESEMPREGO

O mercado é, de um modo geral, a instituição social na qual bens, serviços e fatores de produção são trocados livremente e constituídos por categorias econômicas de oferta, demanda e preços. O mercado de trabalho é formado por um conjunto de práticas sociais pelas quais a força de trabalho é comprada e vendida, segundo determinadas normas e leis. A oferta da força de trabalho é realizada pelos trabalhadores; a demanda é efetuada pelas unidades de produção de bens e serviços (capitalistas, públicas, autônomas e de subsistência); e o preço do trabalho, como uma relação de troca, é a remuneração produtiva ou o conjunto de renda que recebem os trabalhadores, em dinheiro ou em espécie, pela prestação de seus serviços para terceiros. Esta remuneração do trabalho pode assumir a forma de salário, ordenado, pagamento; ou qualquer contrapartida que atenda à

legislação, a normas, acordos e às práticas sociais presentes nas relações sociais de produção e que satisfaça tanto ao trabalhador quanto ao demandador do respectivo trabalho.

A demanda de um bem ou serviço expressa, de modo geral, uma manifestação social que procura atender necessidades atuais e/ou futuras, em níveis individuais, coletivos, privados, públicos ou de qualquer outra natureza. O termo demanda refere-se tanto à ação de fazer conhecer o que se deseja obter em termos de bens e serviços quanto ao conjunto, quantidade e qualidade, desses requerimentos (FIDALGO; MACHADO, 2000, p. 88). Do ponto de vista econômico, a demanda de mercado representa a procura de um bem e/ou serviço, segundo o respectivo preço de mercado.

A demanda do mercado de trabalho é formalmente constituída pelo número de pessoas que as unidades produtivas, principalmente capitalistas, estão dispostas a contratar, segundo os diversos níveis de salários. Os fatores teóricos que determinam a demanda de trabalho pelas empresas são os seguintes (TROSTER; MOCHÓN, 1999, p. 114):

- a) salário – é fator de custo e cujo aumento provoca redução na demanda ;
- b) produtividade do trabalho – é o desempenho produtivo por hora de trabalho e que contribui para o rendimento físico e financeiro da empresa. O acréscimo da produtividade aumenta a produção, a receita e o lucro da empresa, constituindo-se em fator de crescimento da demanda e/ou de compensação de acréscimo do salário;
- c) preços dos bens e serviços produzidos pelo trabalhador - incidem sobre a demanda de trabalho. Com o aumento de preços elevam-se as receitas e os lucros e as empresas são estimuladas a aumentar a produção e a contratar mais mão-de-obra;
- d) salário real – é o salário monetário (ou nominal) dividido pelo nível geral de preços dos bens e serviços produzidos pelo trabalhador. O equilíbrio teórico do mercado de trabalho é dado pela igualdade do salário real à produtividade (física marginal, ou incremental) do trabalho

O fenômeno do desemprego vem se constituindo na principal preocupação de políticas públicas do Brasil e motivando pesquisas que esclareçam causas e contribuam para a formalização de propostas² de intervenção nas diversas e

² AMADEO, Edward J.; ESTEVÃO, Marcelllo. *A Teoria econômica do desemprego*. São Paulo: HUCITEC, 1994. p. 13.

plurais realidades de manifestação do referido fenômeno. A principal dificuldade dos estudiosos é a incapacidade de estabelecerem um único paradigma capaz de decifrar os mecanismos que geram o desemprego. A proliferação de paradigmas faz com que, em muitas situações, os diagnósticos apresentem-se opostas na formulação de análises do desemprego observada numa mesma sociedade.

A fundamentação teórica do desemprego está sempre apoiada em diferentes paradigmas para a explicação do mesmo fenômeno, os quais estão expressos na teoria econômica através dos paradigmas neoclássico, keynesiano e kaleckiano.

O paradigma neoclássico afirma que o desemprego da economia é causado pelo “mau funcionamento” do mercado de trabalho, mediante o relacionamento funcional entre salário nominal, salário real e desemprego e cujo modelo de análise está fundamentado nas seguintes hipóteses teóricas:³

- 1º) as firmas são maximizadoras de lucro;
- 2º) as firmas trabalham com uma tecnologia que apresenta rendimentos marginais decrescentes;
- 3º) a oferta de trabalho, realizada pelos trabalhadores, mantém uma relação crescente com o salário real;
- 4º) o nível de demanda agregada nominal, realizado pelas firmas, é dado exogenamente.

O paradigma keynesiano consta da “Teoria Geral do Emprego, do Juro e do Dinheiro”, desenvolvida em 1936 pelo economista inglês John Maynard Keynes⁴ e apresenta as seguintes características teóricas⁵:

- 1º) rejeita qualquer causalidade entre reduções dos salários nominal e real com a taxa de desemprego; contestando a tese neoclássica, Keynes comprova que a redução dos salários nominal e real não provocam reduções do desemprego;
- 2º) O modelo keynesiano descreve o desemprego sob as formas de desemprego *involuntário, voluntário e friccional*;
- 3º) o paradigma keynesiano explica o desemprego como decorrência de insufici

³ Ibid. p. 14.

⁴ KEYNES. John Maynard. *A Teoria Geral do Emprego, do Juro e do Dinheiro*. São Paulo: Abril Cultural. 1983. (Os Economistas).

⁵ AMADEO. Edward J.; ESTEVÃO. Marcello. Op. Cit. P. 17.

ência da demanda efetiva de bens e serviços; esta por sua vez, depende do nível de investimentos da economia, o qual é função da taxa de juros; e a taxa de juros é determinada pelo mercado monetário. Portanto, o desemprego keynesiano é explicado pela redução da demanda efetiva, a qual depende de baixos investimentos e altas taxas de juros determinadas pelo mercado monetário.

O paradigma kaleckiano foi desenvolvido pelo economista polonês Michal Kalecki, no ano de 1954⁶, e explica o desemprego como decorrência da insuficiência de demanda agregada de bens e serviços. O modelo de análise de Kalecki parte do processo de formação de preços e da distribuição de renda, por um lado, e do nível de investimentos da economia, por outro lado; os preços dependem dos lucros e do salário nominal; os investimentos dependem dos lucros acumulados historicamente, quando os investimentos presentes influenciarão no produto futuro; e a distribuição de renda depende dos salários reais e do nível de consumo da classe trabalhadora. Portanto, baixos salários reais reduzem o consumo e a demanda dos trabalhadores, a qual provoca queda da demanda agregada, do lucro e dos investimentos, realimentando, por sua vez, o desemprego da economia.

A explicação teórica do desemprego que ocorre em regiões subdesenvolvidas tem sido amplamente debatida nas últimas décadas, no sentido de subsidiar políticas públicas de trabalho e renda e de que a abstração científica possa contribuir para as ações de intervenção nos processos de desigualdades, de miséria e de exclusão sociais.

Nesse contexto, destaca-se a teoria do emprego publicada em 1977 pelo economista brasileiro Paul Singer, como uma das teorias de ampla aceitação para a explicação do desemprego na região nordestina.⁷ Singer partiu dos pressupostos de que existem heterogeneidades nas relações de produção e de trabalho; de que várias são as formas como se comportam as relações sociais de produção e de distribuição, de bens e serviços. A economia não-desenvolvida é composta de vários Setores Econômicos, em que cada Setor é regido por diferentes leis econômicas.⁸

a) Setores de Mercado (Interno e Externo) da economia capitalista, em que a produção objetiva o lucro; o volume de emprego é determinado por cálculos gerenciais entre a produtividade do trabalho e salário real; o número de trabalhadores que conseguem engajar-se na divisão social do trabalho é o daqueles cujo produto contém mais valor que o da sua força de trabalho.

⁶ KALECKI, Michal. *Teoria da dinâmica econômica*: ensaio sobre as mudanças cíclicas e a longo prazo da economia capitalista. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Os Economistas).

⁷ SINGER, Paul. *Economia política do trabalho*: elementos para uma análise histórico-estrutural do emprego e da força de trabalho no desenvolvimento capitalista. 2.ed. São Paulo: HUCITEC, 1979.

⁸ *Ibidem*, pp. 9-11.

b) *Setor de Subsistência* é o tipo de economia na qual o emprego sempre corresponde à oferta total de força de trabalho, devido ao fato de que a finalidade da produção é o auto-consumo da sociedade a que pertence o trabalhador.

c) *Setor de Atividades Governamentais*, cujas atividades estão voltadas para a produção de bens (e serviços) públicos destinados a atender a certas necessidades. Nas Atividades Governamentais o emprego não depende diretamente das relações de trabalho da economia capitalista de geração de excedentes sob a forma de lucro.

d) *Setor Autônomo* da economia é o segmento da economia em que as empresas privadas produzem para o mercado, não empregam trabalhadores assalariados e ocupam apenas seus donos e eventualmente membros de suas famílias. O emprego nesse Setor tende a se expandir na medida em que a demanda pelo seu produto é suficiente para cobrir os custos de reprodução da força de trabalho nele engajada e do baixo capital utilizado.

Os elementos teóricos dos fatores determinantes do desemprego sempre destacam a demanda de mão-de-obra, realizada pelas empresas, como a principal explicação do desemprego formal, conforme constam dos paradigmas.

3 O DESEMPREGO FORMAL NO RIO GRANDE DO NORTE⁹

Os conceitos do mercado de trabalho¹⁰ indicam que a População Economicamente Ativa (PEA) constitui a Força de Trabalho (FT) de uma região, a qual é composta da População Ocupada e População Desocupada ($PEA = PO + PD$). A população Ocupada em atividade produtiva é formada pelo conjunto de pessoas que, em um determinado período de referência (uma semana, um mês ou qualquer outro), estavam trabalhando ou mantinham relações de trabalho; e a população desocupada é o conjunto da população desempregada, ou seja, o conjunto das pessoas que não tinham trabalho em um determinado período de referência, mas estavam dispostas a trabalhar.

A conceituação do desemprego assume diferentes conotações, segundo as causas e respectivos efeitos. Apresentamos, a seguir, os principais tipos de desempregos:¹¹

a) Desemprego Involuntário - É o conjunto de pessoas desocupadas, dispostas a trabalhar e à busca de trabalho, nas condições de salário e de trabalho vigentes,

⁹ Os dados ampliados constam de pesquisa em execução na FARN sobre o desemprego no Rio Grande do Norte.

¹⁰ BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego – Departamento de Emprego e Salário. *Intermediação de mão-de-obra*: termo de referência para o sistema nacional de emprego. Brasília, 2002. p. 46-50.

¹¹ *Ibidem*, p. 48-49.

mas que não encontram trabalho;

b) Desemprego Estrutural - É o desemprego proveniente de mudanças estruturais no mercado de trabalho em virtude da própria dinâmica econômica. É o desemprego decorrente de reestruturações produtivas, mudanças nos processos de trabalho e adoção de novas tecnologias;

c) Desemprego Friccional - É o desemprego temporário, causado pela falta de informação a respeito do mercado de trabalho. É um desemprego que vigora durante a “mudança” entre postos de trabalho: existem vagas para o perfil do desempregado disponível no momento, mas ele desconhece tal fato.

d) Desemprego Sazonal - É o tipo de desemprego que ocorre de forma regular, em um determinado período de tempo, e é causado pela própria sazonalidade da atividade econômica;

e) Rotatividade da Mão-de-Obra - É uma medida que visa a acompanhar o comportamento do mercado de trabalho por meio da “velocidade” e “intensidade” dos desligamentos e contratações ocorridas em determinado período de tempo;

f) Subemprego - É a situação de emprego em que os indivíduos ocupados encontram-se em atividades precárias; ou seja, são sub-remunerados, considerando que a remuneração está abaixo dos padrões vigentes no mercado de trabalho. O subemprego ocorre ainda quando as pessoas são sub-utilizadas em atividades que não aproveitam seu potencial produtivo; ocupadas em condições gerais de trabalho indesejado; e exercendo o trabalho em tempo parcial, quando é a única opção do indivíduo, com remuneração abaixo de um patamar médio compatível com a produtividade do trabalhador;

g) Taxa de Desemprego - É o percentual da PEA (População Economicamente Ativa) e que está desocupada. É o percentual de pessoas desempregadas.

As informações sobre o desemprego são obtidas mediante uma série de estudos e pesquisas realizadas por diversas entidades. A Pesquisa Mensal de Emprego¹² é uma pesquisa sobre mão-de-obra e rendimento do trabalho, realizada pelo IBGE, e que inclui emprego e desemprego. Os dados são obtidos a partir de uma amostra probabilística de, aproximadamente, 38.500 domicílios situados nas Regiões Metropolitanas de Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre. Outra importante fonte de informações sobre o desemprego é dada pela Pesquisa de Emprego e Desemprego¹³. É uma pesquisa domiciliar

¹² Ibidem, p. 51.

cuja metodologia foi desenvolvida pela Fundação SEADE e DIEESE, com o propósito de construir indicadores sobre o mercado de trabalho. A Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED do DIEESE capta o desemprego oculto pelo trabalho precário, contabilizando em seu cálculo o contingente de trabalhadores subempregados. Temos, finalmente, as informações constantes do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED)¹⁴. Os dados declarados pelo CAGED permitem a formulação de estatísticas importantes sobre o nível de emprego, taxa de rotatividade, flutuação mensal do emprego, salário de admissão e o perfil dos admitidos e dos desligados.

De acordo com os dados do CAGED, o nível de emprego formal do Rio Grande do Norte cresceu 2,63% em 2001 e 4,82% no ano de 2002, o que significou a geração de 16.621 postos de trabalho com carteira assinada. Observa-se que houve um comportamento favorável à geração do emprego, em decorrência de melhor desempenho no nível de atividade econômica da produção de bens e serviços no Estado.

Idêntico comportamento de emprego ocorreu no Brasil, cujas hipóteses apontadas para justificar tal desempenho estão relacionadas a uma maior fiscalização do Ministério do Trabalho, que teria resgatado um maior número de trabalhadores informais para a formalidade; o processo de reestruturação produtiva, iniciado na década de 90, cuja ampliação da demanda agregada de bens e serviços motivou a ampliação de contratações; e a queda dos salários reais, associado ao excesso de oferta de trabalho.¹⁵

Analisando-se o emprego por setores econômicos, observa-se que nos dois últimos anos quase todas as atividades produtivas apresentaram resultados favoráveis, principalmente o setor terciário da economia, no qual o comércio e os serviços foram responsáveis por 56,72% do total de trabalhadores admitidos e por 70% dos novos postos de trabalho gerados no ano de 2002. As únicas exceções de retrações no nível de emprego, no ano de 2002, ficaram por conta da Construção Civil, que registrou queda de 890 empregos; da Administração Pública e outras atividades, no total de 20 empregos.

É importante registrar que a Indústria de Transformação apresentou em 2002 uma redução de 35,4% das admissões verificadas no ano de 2001, o que indica uma forte vulnerabilidade do setor aos choques conjunturais de demanda agregada.

¹³ BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Ob. Cit. p. 51.

¹⁴ *Ibidem*, p. 52.

¹⁵ BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Comportamento do emprego formal por unidades da federação – CAGED – 2001**. Brasília, setembro/2002. p. 2.

O comportamento do emprego no Rio Grande do Norte apresentou, no ano de 2002, queda de 5,2%, em relação ao ano de 2001, com a redução na contratação de 5.366 pessoas com carteira assinada. Como houve uma queda, em 2002, de 10,5% no total de trabalhadores desligados das empresas, o saldo positivo foi de 10.756 trabalhadores admitidos no respectivo ano. Esse saldo representou 8,25% do total de empregos gerados no Nordeste e 1,41% do saldo de emprego nacional ocorrido no ano de 2002.

Tabela 1
FLUTUAÇÃO ANUAL DE EMPREGO POR ATIVIDADE ECONÔMICA
RIO GRANDE DO NORTE

ATIVIDADES ECONÔMICAS	2001	2002
EXTRATIVA MINERAL		
Admissões	1.174	1.322
Desligamentos	1.190	1.149
Saldo	-16	173
INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO		
Admissões	2.1939	14.172
Desligamentos	2.1075	12.890
Saldo	864	1.282
SERV. INDUST. DE UTILIDADE PÚBLICA		
Admissões	169	268
Desligamentos	231	123
Saldo	-62	145
CONSTRUÇÃO CIVIL		
Admissões	15.246	12.484
Desligamentos	15.699	13.374
Saldo	-453	-890
COMÉRCIO		
Admissões	19.325	19.532
Desligamentos	17.478	15.691
Saldo	1.847	3.841
SERVIÇOS		
Admissões	32.696	35.915
Desligamentos	30.719	32.223
Saldo	1.977	3.692
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA		
Admissões	551	91
Desligamentos	522	105
Saldo	29	-14
AGROPECUÁRIA, EXT. VEGETAL, CAÇA E PESCA		
Admissões	11.956	13.961
Desligamentos	10.276	11.428
Saldo	1.680	2.533
OUTRAS		
Admissões	58	3
Desligamentos	59	9
Saldo	-1	-6
TOTAL		
Admissões	103.114	97.748
Desligamentos	97.249	86.992
Saldo	5.865	10.756

Fonte: Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Lei 4.923/65 – MTE-Unidade de Informação/SINE-RN)

Tabela 2
FLUTUAÇÃO ANUAL DE EMPREGO

NÍVEIS DE EMPREGO	2001	2002
<u>RIO GRANDE DO NORTE</u>		
ADMISSÕES	103.114	97.748
DESLIGAMENTOS	97.249	86.992
SALDO	5.865	10.756
<u>NORDESTE</u>		
ADMISSÕES	1.299.499	1.241.697
DESLIGAMENTOS	1.239.032	1.111.263
SALDOS	60.467	130.434
<u>BRASIL</u>		
ADMISSÕES	10.351.643	9.812.379
DESLIGAMENTOS	9.760.564	9.049.965
SALDOS	591.079	762.414

Fonte: Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Lei 4.923/65 – MTE-Unidade de Informação/SINE-RN)

4 CONCLUSÕES

Com a presente pesquisa procurou-se analisar a última evolução da conjuntura anual do nível de emprego no Estado do Rio Grande do Norte, segundo os diversos setores de atividades econômicas. Deve-se ressaltar que, mesmo considerando que houve uma variação positiva nos níveis de emprego, essas informações abordam apenas aspectos quantitativos e não identificam os elementos qualitativos presentes nas respectivas variáveis analisadas, em termos de gênero, raça, idade, escolaridade e salários.

Conforme consta do estudo “**Perfil do Mercado de Trabalho no Rio Grande do Norte**”¹⁶, a Força de Trabalho potiguar, medida pela População Economicamente Ativa (PEA), é de 51,5% da População Total do Estado (1.200 mil pessoas). Desse total, cerca de 240 mil pessoas (20% da PEA) estão inseridas no mercado de trabalho formal e constituem o contingente de pessoas contratadas com carteira assinada. Consta da pesquisa que o trabalho infantil continua sendo um grave problema social no Estado, quando 26,9% das pessoas inseridas no mercado de trabalho possuem até 12 anos de idade; e 31,2% estão na faixa etária entre 16 e 18 anos. A pesquisa revela, finalmente, que ao perder o emprego, mais de 28% dos trabalhadores potiguares demoram 15 meses para conseguir outra oportunidade de trabalho.

Deve-se ressaltar a importância dos estudos e pesquisas sobre causas e efeitos do desemprego, dado que o mesmo constitui a maior preocupação do

mundo contemporâneo, considerando os danosos problemas dele decorrentes. Os efeitos do desemprego tornam-se evidentes para o agravamento da exclusão social e das condições necessárias para a manutenção da cidadania e da dignidade de vida de cada pessoa, destacando-se, portanto, de suma importância todos os estudos e pesquisas que apresentam diagnósticos que contribuam para o fortalecimento de políticas públicas de superação da miséria e construção da cidadania brasileira.

REFERÊNCIAS

AMADEO, Edward J.; ESTEVÃO, Marcello. **A teoria econômica do desemprego**. São Paulo: HUCITEC, 1994.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego – Departamento de Emprego e Salário. **Intermediação de mão-de-obra**: termo de referência para o sistema nacional de emprego. Brasília, 2002.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Comportamento do emprego formal por unidades da federação – CAGED – 2001**. Brasília, setembro/2002

DIEESE. UNITRABALHO. **Perfil do mercado de trabalho no Rio Grande do Norte**. Natal/RN, 2002.

FIDALGO, Fernando; MACHADO, Lucília. **Dicionário da educação profissional**. Belo Horizonte, 2000.

KALECKI, Michal. **Teoria da dinâmica econômica**: ensaio sobre as mudanças cíclicas e a longo prazo da economia capitalista. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Os Economistas).

KEYNES, John Maynard. **A teoria geral do emprego, do juro e do dinheiro**. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Os Economistas)

SINGER, Paul. **Economia política do trabalho. elementos para uma análise histórico-estrutural do emprego e da força de trabalho no desenvolvimento capitalista**. 2. ed. São Paulo: HUCITEC, 1979.

TROSTER, Roberto Luís; MOCHÓN, Francisco. **Introdução à economia**. São Paulo: Makron Books, 1999.

Abstract

This paper investigates some of the aspects in the State's formal labor market situation. Fluctuations in the utilization of contracted labor in the various sectors and productive areas of the State have been analyzed. The study was based on official data from the "Cadastro Geral de Empregados e Desempregados" (CAGED-Act 4923/65) – an official account of the State's labor (number of employees and unemployed) released by the "Ministério do Trabalho e Emprego" (Ministry of Labor and Employment) in the period between 2001 and 2002.

Key words: *Production capacity; economic situation; formal jobs; workforce demand; unemployment; employment; formal employment; jobs fluctuation; labor market; economy pattern; occupation; workforce offer; nominal salary; real salary; economy sectors; employment rate and economy theory.*